

RELATÓRIO ANUAL 2012

UNICRED DO BRASIL

RELATÓRIO ANUAL 2012

UNICRED DO BRASIL

Índice

Mensagem da Diretoria	07
Destaques da Unicred do Brasil em 2012	09
Corpo Diretivo	10
Demonstrações Financeiras	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	30
Parecer Conselho Fiscal	31
Balanço Consolidado do Sistema Unicred	32
Sistema Unicred Evolução Comparativa 2011-2012	34



O ano de 2012 consolidou nosso Sistema, criando uma nova imagem perante os Cooperados, Mercado e Órgão Regulador.

A união de Ideias, Projetos Sistêmicos e Tecnologia única nos remete para um futuro promissor com aumento de receitas e redução de custos, usando a escala para otimizar nossa estrutura.

O foco na Regionalização de Cooperativas, demonstra a maturidade de nossos Dirigentes e o desenvolvimento da qualidade de nossos técnicos.

Estamos prontos para o crescimento sustentado na segurança com resultados e benefícios efetivos para nossos cooperados.

Diretoria

Destaques da Unicred do Brasil em 2012

O exercício de 2012 foi marcado pelo cumprimento de requerimentos regulatórios e pela consolidação do processo de reestruturação da Unicred do Brasil, visando ampliar a segurança, a robustez, a versatilidade, a solidez, o ganho de escala e a otimização de custos e da estrutura organizacional nas atividades comuns das entidades do Sistema Unicred e lançamento e padronização de produtos e serviços disponíveis ao quadro social, objetivando maior foco das Unicreds Centrais e Singulares no relacionamento e na disponibilização de negócios aos nossos cooperados.

Entre as principais iniciativas podemos destacar as seguintes:

- 1.** Aprovação de Projeto de Unificação da TI do Sistema Unicred;
- 2.** Desenvolvimento do Cartão Unicred MasterCard de Crédito e Débito com Chip, e lançamento dos tipos de cartões Platinum e Empresarial;
- 3.** Implantação do Novo Site Institucional da Unicred do Brasil;
- 4.** Constituição da Corretora de Seguros do Sistema Unicred;
- 5.** Assinatura de novo convênio de parceria com a Serasa Experian para acesso aos seus produtos e serviços por parte do Sistema Unicred;
- 6.** Participação na Convenção Nacional Unimed, em Florianópolis/SC;
- 7.** Incremento de receitas e redução de custos nos produtos, serviços e parcerias sistêmicos firmados em 2011/2012;
- 8.** Aprovação das minutas dos Estatutos Sociais das Unicreds Singulares, Centrais e Confederação;
- 9.** Implementação do Sistema de Gerenciamento e Controle da Auditoria (SGCA);
- 10.** Realização de auditorias de avaliação do sistema de controles internos das Unicreds Centrais;
- 11.** Realização das auditorias das demonstrações financeiras, encerradas em 30 de junho e 31 de dezembro, das Unicreds Centrais;
- 12.** Realização de auditoria nas empresas de TI do Sistema Unicred;
- 13.** Realização de workshop com representantes da área de Supervisão das Unicreds Centrais, para avaliação do SGCA e revisão do escopo de auditoria interna do Sistema Unicred;
- 14.** Treinamento dos auditores internos e agentes de Compliance do Sistema Unicred;
- 15.** Implementação da gestão de contratos na Unicred do Brasil;
- 16.** Elaboração do balanço consolidado do Sistema Unicred;
- 17.** Elaboração de plano de contas padronizado para o Sistema Unicred.

Corpo Diretivo

Diretoria Colegiada	Asdrúbal F. E. de Melo	Jorge Abi Saab Neto
	Carlos Antônio Alves Farah	Leo Airton Trombka
	Emerson Assis	Ricardo Roberto Alves
	Gilberto Rodrigues Pinto	
Conselho Fiscal	Efetivos	Suplentes
	Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa	Aparecida Andreani Giffoni
	Dilma Maria Tonoli Tessari	Fernando Diogo Salles de Andrade
		José Maria de Azevedo
Diretoria Executiva	Diretor Presidente	Euclides Reis Quaresma
	Diretor Administrativo	José Luis Barreto Alves
	Diretor Financeiro	Carlos Alberto Salomão
	Diretor de TI	Gilberto Rodrigues Pinto
Superintendência	Evandro Jacó Kotz	
Equipe	Aline Santos Fagundes da Cruz	Leandro Benedito Cazusa da Silva
	Ana Gabriela Camargo e Godoy	João Jeronimo Bernardi Junior
	Carlos Augusto Ramirez de Souza	José Pedro Pereira
	Carolina de Souza Queiroz	Josué Paz de Souza
	Claudia Marques Miguel Alves	Marcio Dias Penna
	Daniela Cristina Barbosa	Michele Dias Oliveira Machado
	Fernando Rossetto de Souza	Osvaldo Barros do Nascimento
	Fernanda Teresa G. Pereira de Souza	Paulo Sérgio Potenza
	Gisele Rathmann	Rafael Lima de Melo
	Gisele Tosta Gimenes	Renata Amarante de Jesus
	Greicy Kelly Lima Pereira	Ricardo Jorge Porto de Sousa
	Guilherme Arrivabeni L. de Almeida	Rodrigo Carlos Vieira
	Ingrid Barrela de Oliveira Cruz	Sergio Pontalitti Martins
	Katia de Oliveira Souza	Teresa Francio

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial - Ativo Nos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Valores em Milhares de Reais		2012	2011
Ativo	Nota		Reclassificado
Circulante		94.084	81.616
Disponibilidades	4	6	6
Títulos e valores mobiliários	6	86.898	81.447
Outros créditos	7	7.168	131
Outros valores e bens		12	32
Não circulante		1.324	1.265
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	968	893
Outros créditos	7	49	46
Investimento	3f	15	15
Imobilizado de uso	8	280	263
Intangível	9	12	48
Total do ativo		95.408	82.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial - Passivo

Nos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Valores em Milhares de Reais		2012	2011
Passivo	Nota		Reclassificado
Circulante		91.888	79.411
Relações interfinanceiras	10	78.851	73.714
Outras obrigações	11	13.037	5.697
Não circulante		355	646
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações	11	355	646
Patrimônio líquido	12	3.165	2.824
Capital social		1.119	589
Reserva legal		1.699	1.658
Sobras acumuladas		347	577
Total passivo e patrimônio líquido		95.408	82.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

2º semestre de 2012 e exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Valores em Milhares de Reais		2012	2011	
	Nota	2º semestre	Exercício	Reclassificado
Receitas da intermediação financeira		3.019	6.695	7.804
Títulos e valores mobiliários		3.019	6.695	7.804
Despesas da intermediação financeira		(2.928)	(6.490)	(7.542)
Operações de captação no mercado		(2.928)	(6.490)	(7.542)
Resultado bruto da intermediação financeira		91	205	262
Outras (despesas) receitas operacionais		(424)	204	(237)
Despesas de pessoal e honorários		(2.567)	(4.599)	(3.159)
Outras despesas administrativas		(3.968)	(7.421)	(5.236)
Outras despesas operacionais		(11)	(21)	(28)
Outras receitas operacionais	14	6.122	12.245	8.186
Resultado operacional		(333)	409	25
Resultado não operacional		-	5	18
Sobra ou (Perda) do semestre / exercícios		(333)	414	43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2º semestre de 2012 e exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Valores em Milhares de Reais

Eventos	Capital social	Reserva de sobras	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	468	1.656	556	2.680
Integralizações de capital	195	-	-	195
Baixas de capital	(74)	-	-	(74)
Sobras do exercício	-	-	43	43
Reserva legal	-	2	(2)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	-	-	(20)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	589	1.658	577	2.824
Incorporação de sobras ao capital	530	-	(530)	-
Distribuição de sobras	-	-	(47)	(47)
Sobras do exercício	-	-	414	414
Reserva legal	-	41	(41)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.119	1.699	347	3.165
Saldos em 1º de julho de 2012	1.119	1.658	747	3.524
Perda do semestre	-	-	(333)	(333)
Reserva legal	-	41	(41)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.119	1.699	347	3.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

2º semestre de 2012 e exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Valores em Milhares de Reais

	2012		2011
	2º semestre	Exercício	Reclassificado Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.556)	5.598	15.555
Sobra (perda) ajustada do semestre/exercícios	(262)	507	76
Sobra (perda) do semestre/exercícios	(333)	414	43
Depreciações e amortizações	23	42	31
Baixas do intangível	48	48	-
Baixas do imobilizado de uso	-	3	2
(Aumento) redução dos ativos	(6.849)	(7.095)	(953)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(34)	(75)	(893)
Outros créditos e outros valores de bens	(6.815)	(7.020)	(60)
Aumento (redução) dos passivos	4.555	12.186	16.432
Relações interfinanceiras	(1.887)	5.137	14.792
Outras obrigações	6.442	7.049	1.640
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(42)	(74)	(241)
Aquisições de imobilizado de uso	(29)	(61)	(241)
Aquisições do intangível	(13)	(13)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(26)	(73)	101
Distribuição de sobras	-	(47)	-
Integralizações de capital	-	-	195
Baixas de capital	-	-	(74)
FATES	(26)	(26)	(20)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.624)	5.451	15.415
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (caixa, depósitos bancários e títulos e valores mobiliários livres)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	89.528	81.453	66.038
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	86.904	86.904	81.453
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.624)	5.451	15.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2012 e exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011 (em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred do Brasil, constituída por cooperativas centrais e integrantes do sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicada no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994, de responsabilidade limitada, regulada pelo Código Civil Brasileiro. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN / BACEN nº 3.859/2010, Estatuto Social e pelo Regimento Interno do Sistema Unicred do Brasil. Tem sede e foro na cidade de São Paulo, SP, com área de atuação em todo território nacional. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das cooperativas associadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou convivência de atuação das suas filiadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, incluído as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando às peculiaridades da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/1971), Lei Complementar nº 130 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A autorização para sua finalização foi dada pela Administração da Cooperativa em 7 de fevereiro de 2013. Consideram ainda, visando a convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais de contabilidade, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) normatizados pelo BACEN até o momento: CPC 01 - Redução ao valor

recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 24 - Evento subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011. Os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC serão adotados mediante aprovação do BACEN.

Certos valores correspondentes ao exercício anterior foram reclassificados para permitir melhor comparabilidade com os valores do exercício atual.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Confederação para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

a. Apuração do Resultado

As Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

e. Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da administração da Cooperativa, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos, atualizados pela Selic.

f. Investimentos

Representado pela participação societária avaliada ao custo de aquisição na CNAC – Confederação Nacional das Auditorias Cooperativas, de R\$ 15.

g. Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

h. Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados, quando aplicável.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperado.

j. Relações interfinanceiras

Representam o montante dos recursos das associadas centralizados pela Confederação e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço patrimonial.

k. Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l. Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que

assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco provável de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, conjuntamente com sua assessoria jurídica.

n. Segregação do circulante e não circulante (ativos e passivos)

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

o. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

As disponibilidades, as aplicações financeiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008 (nota 3 c).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2012	2011
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	6	6
Títulos e valores mobiliários – nota 6	86.898	81.447
	86.904	81.453

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**a. Composição por tipo de aplicação (com vencimento acima de 360 dias)**

Descrição	2012	2011
	Não circulante	Não circulante
Fundo DI Bancoob	968	893

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as aplicações financeiras de liquidez foram contratadas com prazo de resgate até 12 de maio de 2016. Em 2012, referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 75 (R\$ 61 em 2011), registrado em receitas da intermediação financeira.

6 Títulos e valores mobiliários**a. Composição por tipo de aplicação (sem vencimento)**

Descrição	2012	2011
	Circulante	Circulante
Cotas de fundo de investimento	86.898	81.447

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate até 90 dias. Em 2012, referidos títulos tiveram remuneração no montante de R\$ 6.620 (R\$ 7.743 em 2011), registrado em receitas da intermediação financeira.

7 Outros créditos**a. Composição por tipo de aplicação (sem vencimento)**

Descrição	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	17	-	-	-
Adiantamentos diversos	-	-	81	-
Valores a receber das Centrais	246	-	50	-
Outros devedores - Projeto TI (i)	6.905	-	-	-
Devedores por depósito em garantia (ii)	-	49	-	46
	7.168	49	131	46

(i) Refere-se à aquisição de licenças de uso do software SAP, que será utilizado pelo Sistema Unicred. O valor permanecerá nesta rubrica até a transferência total das licenças para as suas filiais (Centrais e Singulares).

(ii) Refere-se a depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS e COFINS que estão sendo discutidas judicialmente, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2012 pela taxa Selic (nota 11(iii)).

8 Imobilizado em uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2012	2011
				Líquido	Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	240	(32)	209	208
Sistema de comunicação	10%	20	(2)	18	2
Sistema de processamento de dados	20%	194	(140)	54	53
		454	(174)	280	263

a. Movimentação do custo de aquisição nos exercícios

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2012
Móveis e equipamentos de uso	226	24	(10)	240
Sistema de comunicação	3	17	-	20
Sistema de processamento de dados	177	20	(3)	194
	406	61	(13)	454

Descrição	Saldos em 01/01/2011	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2011
Móveis e equipamentos de uso	41	208	(23)	226
Sistema de comunicação	4	-	(1)	3
Sistema de processamento de dados	145	33	(1)	177
	190	241	(25)	406

b. Movimentação da depreciação acumulada nos exercícios

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2012
Móveis e equipamentos de uso	(18)	(23)	9	(32)
Sistema de comunicação	(1)	(1)	-	(2)
Sistema de processamento de dados	(124)	(17)	1	(140)
	(143)	(41)	10	(174)

Descrição	Saldos em 01/01/2011	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2011
Móveis e equipamentos de uso	(33)	(6)	21	(18)
Sistema de comunicação	(1)	(1)	1	(1)
Sistema de processamento de dados	(110)	(15)	1	(124)
	(144)	(22)	23	(143)

9 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2012	2011
				Líquido	Líquido
Softwares	20%	109	(97)	12	-
Direito de Uso Marca Unicred	-	-	-	-	48
		109	(97)	12	48

10 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Refere-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 37 da Resolução CMN nº 3.859/2010, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

Em 2012, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R\$ 6.490 (R\$ 7.542 em 2011), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como despesas da intermediação financeira.

Descrição	2012		2011	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	27.117	34%	20.010	27%
Total	78.851	100%	73.714	100%

11 Outras obrigações

Descrição	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Sociais e estatutárias:				
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	71	-	104	-
Cotas de capital a pagar	61	-	110	61
	132	-	214	61
Fiscais e previdenciárias:				
Impostos e contribuições a recolher	233	-	128	-
	233	-	128	-
Diversas:				
Provisão para pagamentos a efetuar	299	-	181	-
Credores diversos no país (ii)	12.373	-	5.174	-
Provisão para passivos contingentes (iii)	-	355	-	585
	12.672	355	5.355	585
	13.037	355	5.697	646

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.

(ii) O saldo é substancialmente composto por R\$ 5.777, transferidos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG) e rateados às Centrais para pagamento dos custos de implantação do novo projeto de TI, que será baixado contra a rubrica "Outros devedores projeto TI" (nota 7 (i)), no momento da ativação do software SAP no sistema Unicred do Brasil (Centrais e Singulares). Ainda, compõe o saldo, o FG constituído por normas instituídas por regulamento próprio, que por orientação do BACEN, o registro desse fundo deve ser no passivo circulante no grupo de credores diversos no País. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, montava em R\$ 6.188 e R\$ 4.857, respectivamente. O fundo é remunerado por rendimentos auferidos pelos fundos de investimentos de renda fixa, aos quais estão lastreados.

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, civil e reclamações trabalhistas. Em novembro de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração dos exercícios de 2006, 2007 e 2008,

no montante de R\$ 279, referentes à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras relativamente ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o lucro líquido, PIS e COFINS. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Até que se tenha o retorno desta contestação, a Administração da Cooperativa, de forma prudente, decidiu pela manutenção da provisão constituída no mesmo montante dos autos de infração, atualizados pela Selic, no montante de R\$ 355. Em caso de insucesso na esfera administrativa, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R\$ 49, em 31 de dezembro de 2012, registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 7). A composição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 da provisão para passivos contingentes e dos depósitos judiciais em garantia efetuados é a seguinte:

Tributo	2012		2011	
	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	355	49	585	46

As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	546
Depósitos	46	-
Provisões	-	39
Saldo em 31 de dezembro de 2011	46	585
Atualização	3	-
Reversão	-	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49	585

De acordo com as legislações vigentes, as transações da Confederação estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais específicos para os diversos impostos e contribuições existentes, em geral cinco anos.

12 Marca Unicred

Em 7 de dezembro de 2010, foi celebrado pela Confederação contrato com a Unicred Vale das Antas, para a cessão em definitivo dos direitos e a titularidade da marca UNICRED. Adicionalmente foram transferidos outros 30 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, referentes a diversas variações da Marca Unicred. Foram pagos à Unicred Vale das Antas, a título de reembolso de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R\$ 29, registrados à época no ativo. Em 2012, todos os valores registrados no ativo circulante e não circulante relativos à Marca

Unicred foram revertidos e contabilizados em despesa no período, procedimento com a concordância do BACEN. Também, como forma de compensar a cessão da Marca Unicred, foi concedida a singular acima citada, a isenção pelo prazo de vinte anos no rateio das despesas da Confederação da Central RS e de tecnologia da informação (Tecnocred), cujo custo total será suportado pelas demais cooperativas centrais e singulares associadas ao Sistema Unicred do Brasil através do rateio.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 1.119 e R\$ 589, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações das oito centrais em 31 de dezembro de 2012 (nove em 2011). De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2012, a Confederação aumentou seu capital social no montante de R\$ 530, com recursos provenientes das sobras acumuladas. Em 2011 ocorreram integralizações de capital de R\$ 195 e, também, baixa, no montante de R\$ 74, proveniente do desligamento da cooperativa Central do Paraná.

b. Destinações legais e estatutárias

De acordo com o Estatuto Social, e Lei nº 5.764/1.971, as sobras do exercício têm a seguinte destinação:

	2012	2011
Sobra do exercício	414	43
Sobras remanescentes do exercício anterior	-	556
Reserva legal (i)	(41)	(2)
FATES - atos cooperados (ii)	(20)	(1)
FATES - atos não cooperados	(6)	(19)
Sobras à disposição da AGO	347	577
Destinações conforme AGO de 29/03/2012	-	(577)
Sobras à disposição da AGO	347	-

(i) 10% para a Reserva legal, destinada a reparar perdas eventuais e atender ao desenvolvimento das atividades da Confederação.

(ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado a assistência e educação às suas associadas e empregados segundo programa aprovado pela Assembleia Geral. Atendendo à instrução da CMN e do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1.971 (Lei do Cooperativismo).

c. Deliberações da AGO

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2012, foi aprovado por unanimidade a destinação de sobras acumuladas dos exercícios de 2011 e 2010, no valor de R\$ 577, sendo R\$ 530 para aumento do capital social das associadas de forma

proporcional às contribuições realizadas por estas à Confederação durante o exercício e, R\$ 47 foi devolvido à ex-associada, desligada em 2011.

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2011, foi aprovada por unanimidade, a manutenção das sobras acumuladas para posterior deliberação.

d. Desligamento de associada

Conforme comunicado em reunião da Diretoria Colegiada da Confederação, realizada no dia 20/12/2012, a Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste e suas filiadas decidiram se desligar do quadro social da Unicred do Brasil, conforme decisão do Conselho de Administração da Central, tomada em reunião realizada em 19/12/2012, decisão esta que foi ratificada, por

maioria de votos, pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29/12/2012 pela Central NNE.

Em 31 de dezembro de 2012, a Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste, apresentava na Unicred do Brasil um capital social de R\$ 210 e uma centralização financeira passiva de R\$ 9.926.

14 Outras receitas operacionais

Descrição	2012		2011
	2º semestre	Exercício	Exercício
Taxa de Contribuição (i)	5.838	11.646	7.721
Ressarcimento Despesas Administrativas	34	347	24
Reversão Provisão Contingências	230	230	-
Outras rendas operacionais	20	22	441
	6.122	12.245	8.186

(i) Refere-se às despesas da Confederação que são ressarcidas pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependência com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas.

15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os títulos e valores

mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras passivas.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

16 Seguros contratados

A Confederação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco

adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17 Partes relacionadas

A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas Centrais do Sistema Unicred, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca Unicred, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional.

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2011, foi aprovado por unanimidade, a manutenção das sobras acumuladas para posterior deliberação.

a. Associadas

Na relação das cooperativas associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos destacamos: propor à Diretoria Colegiada ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria cooperada; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo

Garantidor do Sistema Unicred (FG), dentre outros.

O rateio das despesas de funcionamento da Confederação no exercício de 2012 e de 2011 foi de R\$ 11.668 e de R\$ 7.721, respectivamente (nota 14).

A Confederação também recebe recursos das Centrais, que são as contribuições obrigatórias para o Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG). Os depósitos voluntários são recursos das Centrais aplicados voluntariamente na Confederação e têm seus rendimentos repassados em sua totalidade. Abaixo demonstramos a evolução destes depósitos durante o exercício de 2012:

	Depósitos no FG	Depósitos Voluntários
Saldo em 1º de janeiro de 2012	55.071	24.930
Depósitos Efetuados pelas Centrais	7.836	500
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos	5.117	2.094
Resgates efetuados pelas Centrais	(5.777)	(3.302)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	62.247	24.222

b. Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda.

A Confederação possui também, uma relação de dependência tecnológica com a Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda., empresa que desenvolve o sistema

de tecnologia. As Centrais Unicred Central RJ, Unicred Central RS, Unicred Central SC e Unicred Central SP possuem cada uma 20% de participação na Tecnocred.

c. Remuneração paga aos administradores

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal. Para cada representação da Confederação, os ocupantes de cargos executivos recebem as cédulas de presença, sendo estabelecido o limite máximo de 14 (quatorze) cédulas de presença por mês para todos os ocupantes

de cargos executivos. Nas substituições o substituto poderá receber pelo substituído desde que dentro da média estipulada de 14 (quatorze) cédulas de presença mensais. No caso que ultrapassar o limite de cédula deverá ser apresentado à Diretoria Colegiada para deliberar o pagamento.

Descrição	Benefícios	Recebidos em 2012	Recebidos em 2011
Membros da diretoria executiva	Honorários	567	523
Membros da diretoria executiva e conselho fiscal	Cédulas de Presença	134	148
		701	671

18 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Confederação apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 31,71% em 31 de dezembro de 2012 e 31,89% em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2012	2011
Patrimônio de referência – PR	3.165	2.808
Parcela de EPR (PEPR)	984	937
Parcela para risco de mercado (PJUR)	83	6
Parcela para risco operacional (POPR)	31	25
Patrimônio referência exigido	1.098	968
Margem em relação ao PR	2.067	1.840
Índice Basileia	31,71%	31,89%

19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Confederação

a. Risco operacional

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de risco operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a)** Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b)** Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;

b. Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.464/07, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a)** Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b)** Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c)** Comitê de Gestão de Riscos.

c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial das perdas operacionais, é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco operacional (POPR), uma das parcelas que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07. A metodologia utilizada para apuração da parcela POPR é o BIA (Basic Indicator Approach).

A descrição da estrutura está evidenciada no site da Confederação, e pode ser acessada através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

Além da apuração gerencial do risco de mercado, é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (PJUR / PCAM / PCOM / PACS / RBAN), parcelas que compõem o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular nº 3.429/2009 do Banco Central do Brasil.

A descrição da estrutura está evidenciada no site da Confederação, e pode ser acessada através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

C. Risco de crédito

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a)** Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b)** Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c)** Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de crédito, é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (PEPR), parcela que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07.

A descrição da estrutura está evidenciada no site da Confederação, e pode ser acessada através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação.

Euclides Reis Quaresma
Diretor Presidente

José Luis Barreto Alves
Diretor Administrativo

Carlos Alberto Salomão
Diretor Financeiro

Ricardo Jorge Porto de Sousa
Contador – CRC nº 1SP185916/0-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As Associadas e Administradores da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred do Brasil

São Paulo SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred do Brasil (Confederação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Confederação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Confederação para fins de planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação. Uma auditoria inclui também a avaliação e adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred do Brasil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As informações contidas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de fevereiro de 2012, sem ressalva.

Ribeirão Preto SP, 07 de fevereiro de 2013.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/0-3

Hélio Mazzi Júnior

Contador CRC 1SP189107/0-3

Parecer Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred do Brasil, por seus membros efetivos, abaixo-assinados, reunido ordinariamente, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas, Notas Explicativas e demais documentos, demonstrações e outras informações pertinentes às operações realizadas pela Unicred do Brasil.

Com base nos documentos examinados nas reuniões deste Conselho Fiscal durante o exercício social, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pelos administradores e colaboradores da Unicred do Brasil, e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral das Filiadas.

São Paulo - SP, 28 fevereiro de 2013.

Dilma Maria Tonoli Tessari
Conselheira Fiscal Efetiva

Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa
Conselheiro Fiscal Efetivo

José Maria de Azevedo
Conselheiro Fiscal Suplente em Exercício

Balanco Consolidado do Sistema Unicred

Valores em Milhares de Reais

Balanco Patrimonial - Ativo	31/12/2012
Ativo circulante	8.784.291
Disponibilidades	47.868
Aplicações interfinanceiras de liquidez	260.960
Títulos e valores mobiliários	2.816.786
Relações interfinanceiras	69.206
Operações de Crédito	5.420.599
Outros créditos, valores e bens	168.872
Ativo não circulante	151.249
Investimentos	16.462
Imobilizado	118.279
Diferido	11.505
Intangível	5.003
Total do ativo	8.935.540

Balanco Patrimonial - Passivo	31/12/2012
Passivo circulante	6.977.791
Depósitos	6.532.820
Relações interfinanceiras	57.114
Relações interdependências	6.261
Obrigações por empréstimos e repasses	11.385
Outras obrigações	370.211
Patrimônio líquido	1.957.749
Capital social	1.535.982
Reservas de capital	3.501
Reservas de lucros	46.354
Sobra do exercício	371.912
Total do passivo	8.935.540

Valores em milhares de Reais

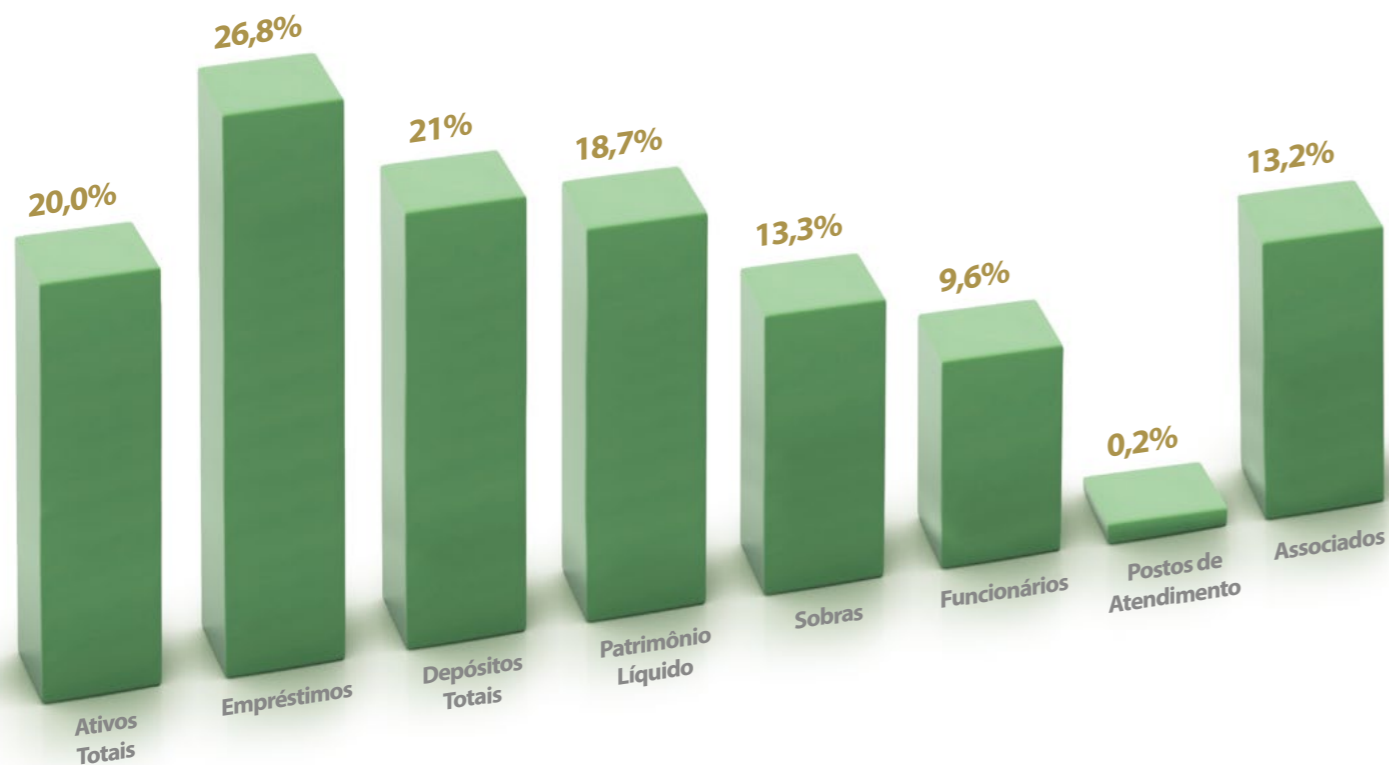
Demonstração do Resultado	Exercício 2012
Receitas da intermediação financeira	1.349.322
Rendas de operação de crédito	1.052.928
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	20.175
Rendas de títulos e valores mobiliários	276.219
Despesas da intermediação financeira	505.721
Despesas de captação	433.075
Despesas por obrigações de empréstimos e repasses	262
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	72.384
Resultado bruto da intermediação financeira	843.601
Rendas de prestação de serviços e tarifas	62.498
Despesas administrativas e de pessoal	(535.744)
Despesas tributárias	(1.844)
Outras receitas e despesas operacionais	3.384
Resultado operacional	371.895
Resultado não operacional	1.322
Imposto de renda e contribuição social	(1.305)
Sobra do exercício	371.912

Sistema Unicred em Números, Dezembro de 2012

▶ R\$ 8.789.816 mil de Ativos Totais	▶ 3.455 Funcionários
▶ R\$ 5.447.006 mil em Empréstimos	▶ 420 Pontos de Atendimento (95 Singulares e 325 PAC's)
▶ R\$ 6.531.981 mil em Depósitos Totais	▶ 08 Centrais
▶ R\$ 1.925.359 mil em Patrimônio Líquido	▶ 277.991 Associados
▶ R\$ 358.321 mil em Sobras do Exercício	

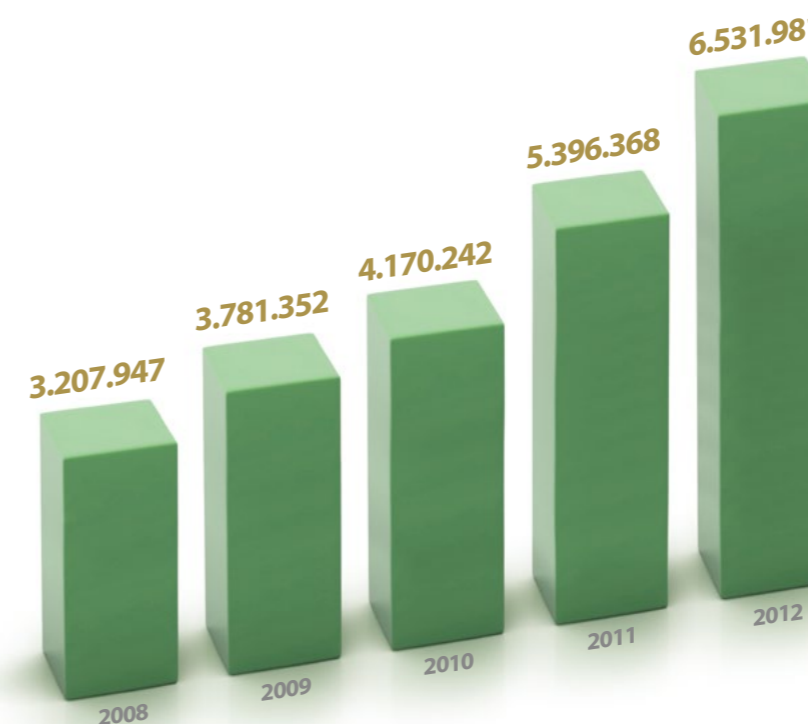
Evolução Comparativa 2011-2012

Evolução 2011-2012



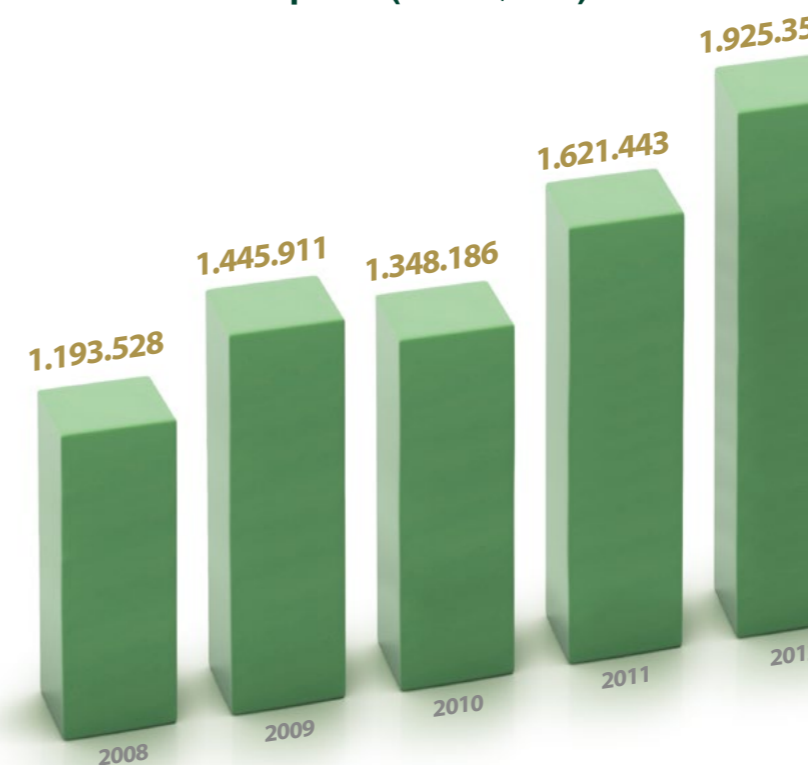
Desempenho no Período

Depósitos Totais (em R\$ mil)



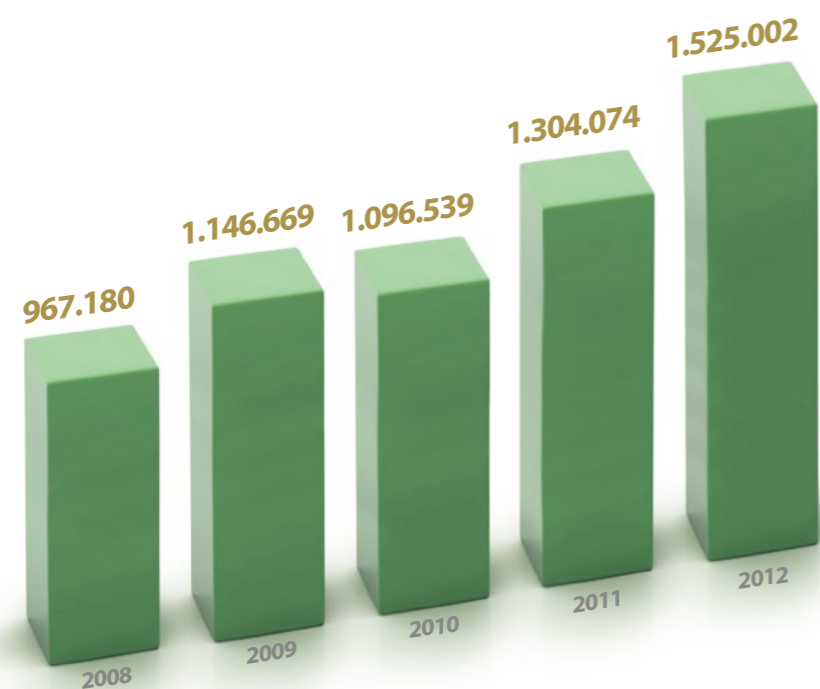
Comparando os depósitos totais em relação a 2011, o crescimento foi de 21%. Já o crescimento acumulado no período em destaque – 2008/2012 – foi de 103,6%.

Patrimônio Líquido (em R\$ mil)



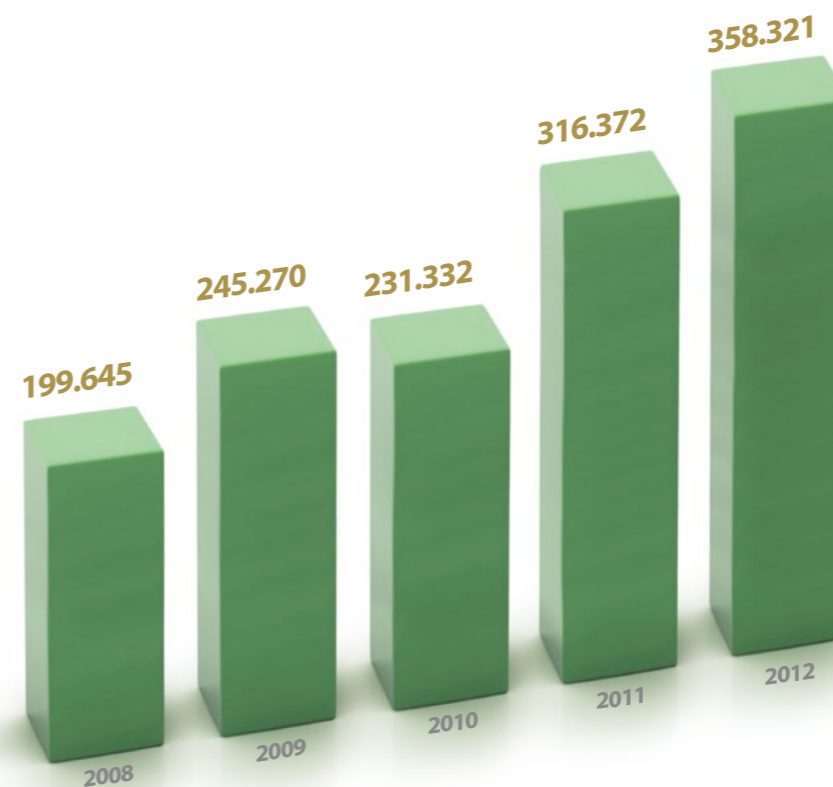
O crescimento do Patrimônio Líquido sobre 2011 foi de 18,7%. No acumulado do período, 2008/2012 a evolução foi de 61,3%.

Capital Social (em R\$ mil)



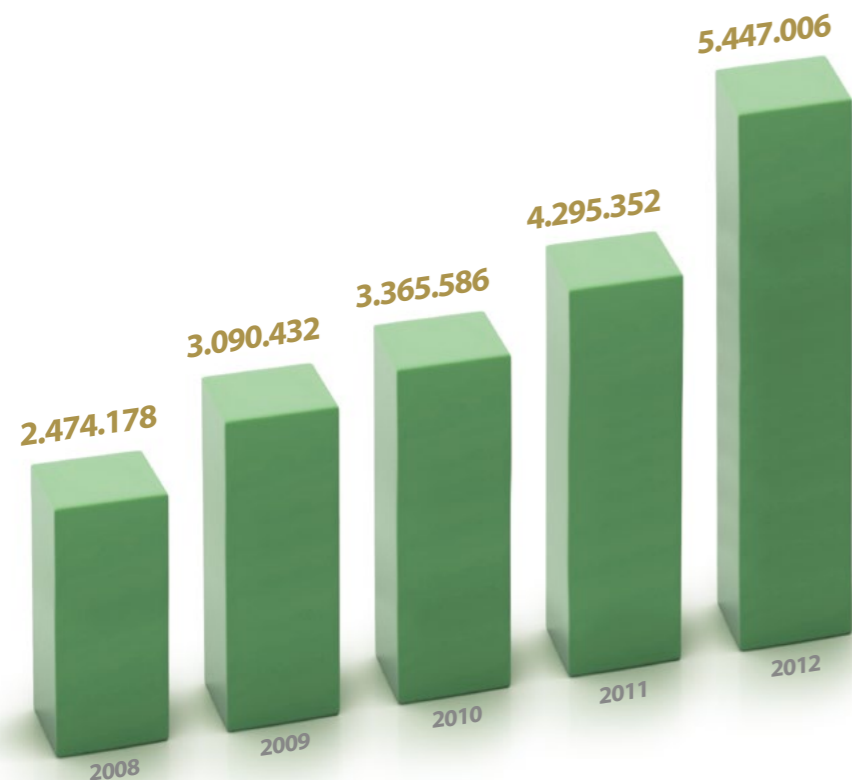
O Capital Social consolidado das Singulares cresceu 16,9% em relação ao ano anterior, acumulando R\$ 1.525.002 mil. Nos últimos 5 (cinco) anos o aumento registrado foi de 59,7%.

Sobras (em R\$ mil)



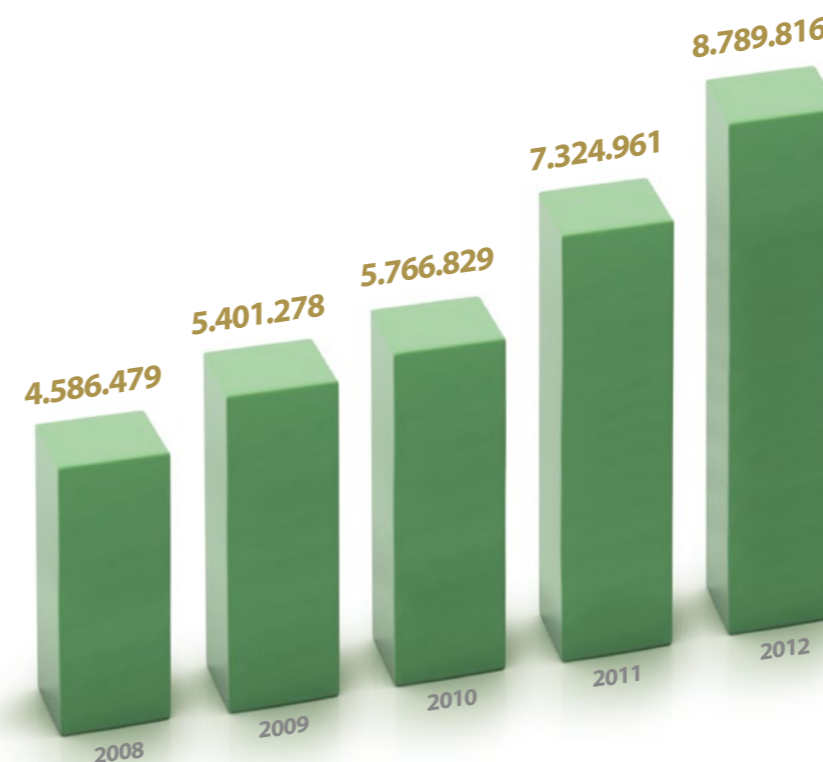
As Sobras cresceram 13,3% em relação ao ano passado, somando R\$ 358.321 mil.

Empréstimos (em R\$ mil)



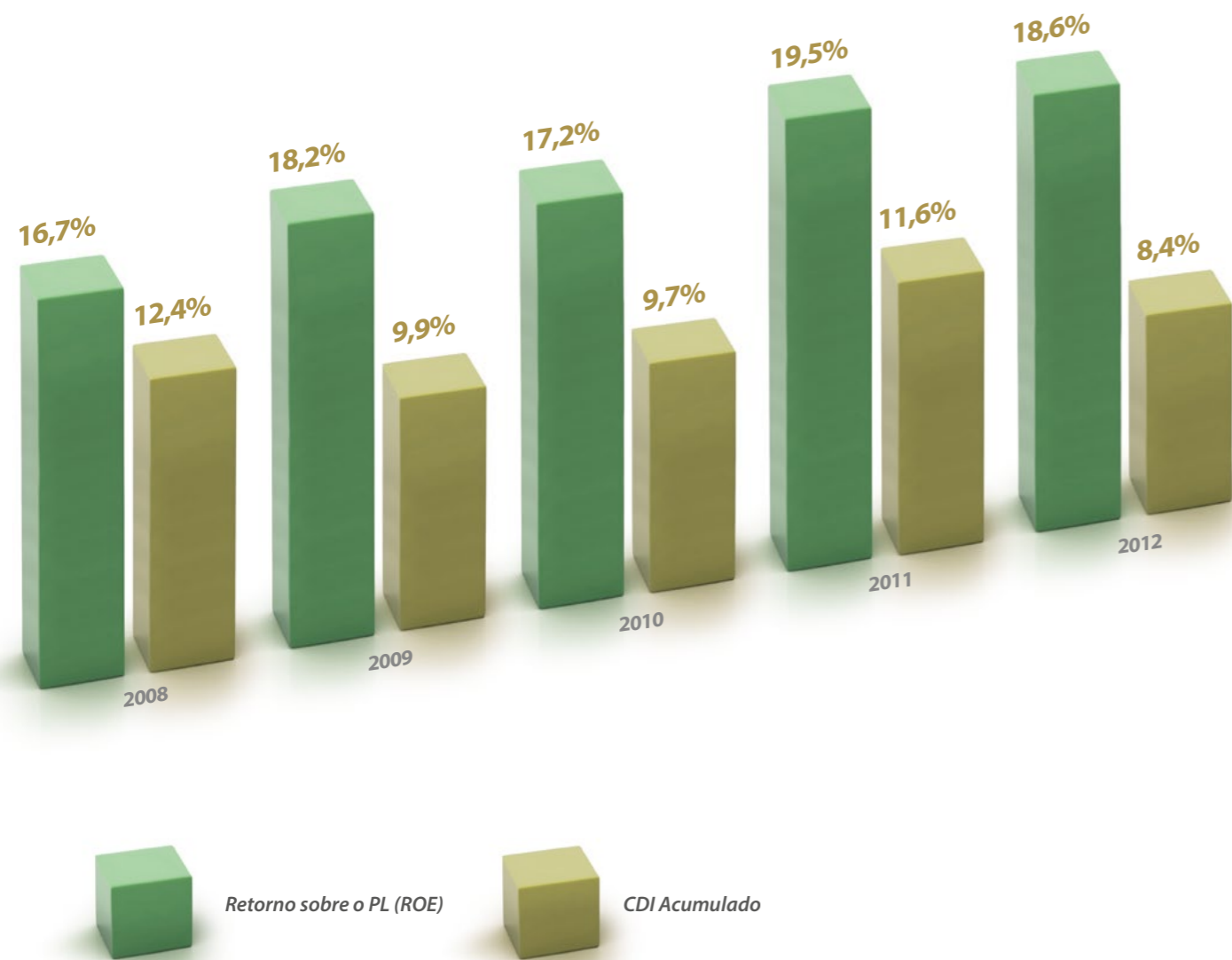
Em 2012, a carteira de empréstimos cresceu 26,8%, atingindo o montante de R\$ 5.447.006 mil. Nos últimos cinco anos o crescimento da carteira foi de 120,2%.

Ativo Total (em R\$ mil)



O consolidado das Singulares somou R\$ 8.789.816 mil, representando uma evolução de 20% sobre o registrado no ano anterior. Em 5 (cinco) anos a evolução registrada foi de 91,6%.

Retorno sobre o PL x CDI



Nos últimos 05 (cinco) anos a rentabilidade do Patrimônio Líquido foi de 129,12%. No mesmo período a taxa do CDI foi de 63,89%, proporcionando aos nossos cooperados um ganho em torno de 39,8%.

UNICRED 

www.unicred.com.br